



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
“José Gomes da Silva” – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

035. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL – COMUNICAÇÃO SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 08.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

01. A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam

- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
- (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
- (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
- (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
- (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.

02. De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como

- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
- (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
- (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
- (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
- (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.

03. O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de

- (A) exequíveis.
- (B) justificadas.
- (C) decorosas.
- (D) convencionais.
- (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar a** condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.

- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
- (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
- (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
- (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.

12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá

- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
- (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
- (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
- (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
- (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.

13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.

- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
- (B) Ministério Público e autarquia.
- (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
- (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
- (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.

14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que

- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
- (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
- (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
- (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.

15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto

- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
- (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
- (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.

16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
- (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
- (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
- (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
- (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação

- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
- (B) gozará de autonomia jurídica.
- (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
- (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
- (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.

25. No dia 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal revogou a Lei de Imprensa, editada em 1967, durante a ditadura militar. Na ocasião, o ministro Gilmar Mendes defendeu que os artigos sobre o direito de resposta fossem mantidos, mas foi voto vencido. No dia 08 de junho de 2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a emenda do Senador Roberto Requião (PLS 141/11) com emendas dos senadores Randolfe Rodrigues e Aloysio Nunes Ferreira. De acordo com a projeto de lei em tramitação,

- (A) o ofendido deverá exercer o direito de resposta no prazo de 120 dias, contados da data da primeira divulgação.
- (B) a resposta à ofensa veiculada na televisão ou no rádio terá um acréscimo de 15 minutos em relação ao tempo da matéria ofensiva.
- (C) o juiz terá até um mês para fazer a citação do responsável pelo meio de comunicação ofensor.
- (D) fica mantido o direito de resposta ao ofendido mesmo com a retratação ou reparação espontânea do meio de comunicação.
- (E) a sentença sobre o direito de resposta deverá ser expedida em, no máximo, 60 dias após o ajuizamento da ação.

26. Em outubro de 1995, Regina Casé entrou em processo contra o jornalista André Forastieri pedindo indenização por dano moral. Forastieri foi autor da matéria, publicada no dia 4 daquele mês, criticando a apresentadora da MTV Video Music Awards, acusando-a de representar as panelinhas mais nefastas da cultura brasileira e completando que o “país não tem jeito enquanto não derem um tiro na Regina Casé”. Em instâncias anteriores à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, o jornalista foi derrotado porque todas entenderam que a reparação de dano moral não se fundamentava na Lei de Imprensa, como queria a defesa do jornalista, mas

- (A) na Constituição Federal de 1988.
- (B) no Código de Processo Penal.
- (C) no Código de Processo Civil.
- (D) na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
- (E) no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros de 2007.

27.



A ilustração representa a crença de que os assuntos abordados pela mídia acabam tomando espaço na chamada agenda social. Essa afirmação é uma hipótese conhecida em estudos de teoria da comunicação por

- (A) *Gatekeeper*.
- (B) *Supportive Information*.
- (C) *Knowledge Gap*.
- (D) *Cognitive Dissonance*.
- (E) *Agenda Setting*.

28. Adorno e Horkheimer afirmam que “na medida em que os filmes de animação fazem mais do que habituar os sentidos ao novo ritmo, eles inculcam em todas as cabeças a antiga verdade de que a condição de vida nesta sociedade é o desgaste contínuo, o esmagamento de toda resistência individual. Assim como o Pato Donald nos *cartoons*, assim também os desgraçados na vida real recebem a sua sova para que os espectadores possam se acostumar com a que eles próprios recebem”. A afirmação refere-se

- (A) à Teoria do Espelho.
- (B) à Indústria Cultural.
- (C) à Teoria dos Efeitos Limitados.
- (D) ao *Newsmaking*.
- (E) à Culturologia.

29. Em 1964, um dos principais pesquisadores da Comunicação já antevia a interatividade dos meios. Para ele, os meios quentes permitem pouco ou nada de participação e intervenção. Os meios frios, entretanto, admitem uma participação do usuário estimulando o seu desejo de interagir.

(Adaptado de: www.academia.edu/326506/Midias_Digitais_and_Interatividade_Capitulo)

O autor dessa classificação é

- (A) Marshall McLuhan.
- (B) Pierre Levy.
- (C) Manuel Castells.
- (D) Jürgen Habermas.
- (E) Nicolas Negroponte.

30. Para Patrícia Ashley, _____ pode ser definido(a) como “o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas às suas atividades...”

Assinale o termo que atende essa definição e complementa o texto.

- (A) Desenvolvimento Sustentável
 - (B) Qualidade de Vida
 - (C) Responsabilidade Social
 - (D) Igualdade de gêneros na Comunicação
 - (E) Democratização dos meios
31. Para Gabriel Tarde, a opinião pública tem três dimensões. Existe a dimensão _____, pois o conhecimento é o princípio da formação de opiniões; a _____, pois diz respeito à forma de agir dos mais diversos públicos envolvidos na formação da opinião; e a _____, uma vez que a opinião pública envolve disputas entre forças desses públicos para alcançar seus objetivos. Essas três dimensões são, respectivamente:
- (A) cognitiva; afetiva; sociológica.
 - (B) pedagógica; cognitiva; política.
 - (C) cognitiva; comportamental; sociológica.
 - (D) pedagógica; comportamental; política.
 - (E) cognitiva; comportamental; política.
32. “Quando se iniciaram os protestos contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, com seus episódios de vandalismo dos manifestantes e de violência policial, um equívoco comum foi subestimar a ressonância que o Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social. O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em geral pacífico das marchas deixaram patente que a depredação partiu de grupos minoritários”.
- Esse texto foi publicado pela *Folha de S.Paulo*, sem assinatura do autor e com o título: “Incôgnita nas ruas”. Considerando as características de construção do texto, pode-se afirmar que se trata de
- (A) um artigo.
 - (B) um comentário.
 - (C) uma crítica.
 - (D) um editorial.
 - (E) uma resenha.

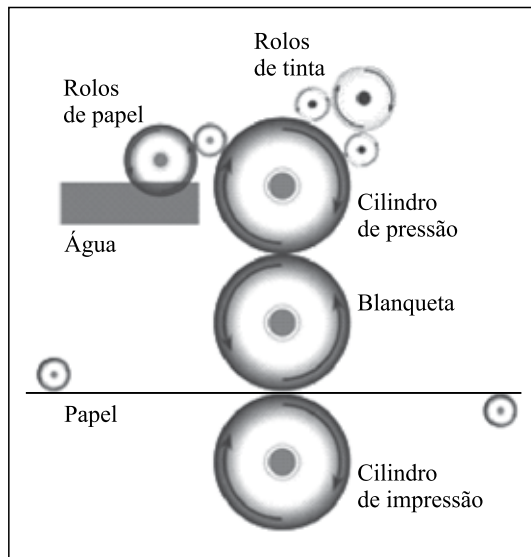
33. Para José Marques de Melo, os jornais têm um espaço que, do ponto de vista estrutural, divulga pequenas informações, abreviando o relato dos fatos; fazendo comentários rápidos sobre situações emergentes; expondo o ponto de vista apreendido de personalidades; articulando unidades informativas e opinativas em um mesmo espaço gráfico. Em geral, esse espaço ocupa um lugar fixo no jornal e tem um jornalista responsável.

Essas características pertencem

- (A) à crônica.
 - (B) à coluna.
 - (C) ao conto.
 - (D) ao “drops”.
 - (E) às notas.
34. A maioria dos artigos técnicos sobre redação de *press release* afirma que existem cinco itens essenciais nesse tipo de matéria. São eles: 1) As pessoas, produtos, itens, datas e outros aspectos relacionados com a notícia.
- (A) 2) Qual a importância da notícia para o veículo receptor?
3) Qual a notícia? 4) Objetivo da notícia. 5) Destino da notícia.
 - (B) 2) Qual a importância da notícia para o veículo receptor?
3) Quem é o leitor alvo da notícia? 4) Objetivo da notícia.
5) Fonte da notícia.
 - (C) 2) Por que isso é notícia? 3) Qual a notícia? 4) Objetivo da notícia. 5) Fonte da notícia.
 - (D) 2) Como isso se transformou em notícia? 3) Qual a notícia? 4) Objetivo da notícia. 5) Destino da notícia.
 - (E) 2) Qual a importância da notícia para o veículo receptor?
3) Como isso se transformou em notícia? 4) Objetivo da notícia. 5) Fonte da notícia.
35. Em 25 de março de 1940, o jornal *O Estado de S. Paulo* foi ocupado por soldados da Força Pública da ditadura de Getúlio Vargas. No dia 6 de dezembro de 1945, os antigos proprietários do jornal retomaram o controle e
- (A) fizeram editorial elogiando o progresso brasileiro durante o governo Vargas.
 - (B) despediram todos os funcionários que permaneceram no jornal após a intervenção.
 - (C) ignoraram os números do jornal editados durante o período de intervenção.
 - (D) criaram o *Jornal da Tarde*.
 - (E) venderam a empresa para a família Mesquita.

36. No dia 12 de fevereiro de 2012, a televisão brasileira comemorou 40 anos da primeira transmissão pública em cores. O evento escolhido para essa primeira experiência foi a Festa da Uva de Caxias do Sul (RS). Participaram da transmissão a
- (A) TV Difusora de Porto Alegre, a TV Rio e a TV Globo.
 - (B) TV Manchete, a TV Record e a TV Globo.
 - (C) TV Guanabara, a TV Cultura de São Paulo e a TV Excelsior.
 - (D) TV Diário da Manhã de Porto Alegre, a TV Rio e a TV Record.
 - (E) TV Gaúcha, a TV Record e a TV Bandeirantes.
37. O *Manual de Redação da Empresa Brasil de Comunicação* (EBC) destaca que um dos critérios para o bom jornalismo, a ser observado pelo profissional da EBC, corresponde ao uso de “técnica e criatividade para ser corretamente entendido pelo destinatário da informação. Textos, edições de áudio, vídeo, ferramentas digitais e ilustrações – inclusive combinados – devem portar e enriquecer a informação. (...) Sempre necessário e oportuno, os termos técnicos e/ou de entendimento restrito devem ser explicados”. O texto refere-se
- (A) à precisão.
 - (B) ao nexo.
 - (C) à congruência.
 - (D) ao contexto.
 - (E) à clareza.
38. Segundo Margarida Kunsch (*Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*, p. 151), a Comunicação Integrada “pressupõe uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica, da comunicação interna e da comunicação administrativa, que formam o mix, o composto da comunicação organizacional”. Da Comunicação Institucional, fazem parte:
- (A) Propaganda de Produtos, Assessoria de Imprensa, Marketing Cultural e Imagem Corporativa.
 - (B) Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa, Marketing Cultural e Imagem Corporativa.
 - (C) Jornalismo Empresarial, Promoção de Vendas, Marketing Cultural e Imagem Corporativa.
 - (D) Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa, Merchandising e Imagem Corporativa.
 - (E) Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa, Marketing Cultural e Marketing de venda direta.
39. Um plano de comunicação deve ser construído em cinco etapas, na seguinte ordem:
- (A) identificar o público-alvo; projetar a mensagem; definir os objetivos da comunicação; selecionar os canais de comunicação e mensurar os resultados do processo de comunicação.
 - (B) projetar a mensagem; definir os objetivos da comunicação; identificar o público-alvo; selecionar os canais de comunicação e mensurar os resultados do processo de comunicação.
 - (C) definir os objetivos da comunicação; selecionar os canais de comunicação; identificar o público-alvo; projetar a mensagem e mensurar os resultados do processo de comunicação.
 - (D) projetar a mensagem; identificar o público-alvo; definir os objetivos da comunicação; selecionar os canais de comunicação e mensurar os resultados do processo de comunicação.
 - (E) identificar o público-alvo; definir os objetivos da comunicação; projetar a mensagem; selecionar os canais de comunicação e mensurar os resultados do processo de comunicação.
40. A relação entre o projetista gráfico e o responsável pela produção na empresa gráfica se faz com o uso de termos técnicos que permitem a correta compreensão do projeto da publicação. É **incorreto** afirmar que
- (A) sangramento significa a impressão de um elemento gráfico (foto, ilustração ou chapado) até a margem da página.
 - (B) frontispício é a página inicial de um livro, que contém o título, o nome do autor, a editora etc.
 - (C) versalete são letras que têm o formato de maiúsculas, mas em dimensão menor.
 - (D) chapéu de continuação é a palavra colocada no centro superior das páginas ímpares de um livro.
 - (E) escala anamórfica diz respeito à alteração do tamanho de uma imagem em uma direção, que a faz ficar esticada ou encolhida.
41. Assinale a composição que usa tipos cursivos.
- (A) *História do Rádio no Brasil*
 - (B) **História do Rádio no Brasil**
 - (C) *História do Rádio no Brasil*
 - (D) História do Rádio no Brasil
 - (E) História do Rádio no Brasil

42.



(<http://chocoladesign.com/processos-de-impressao-5>)

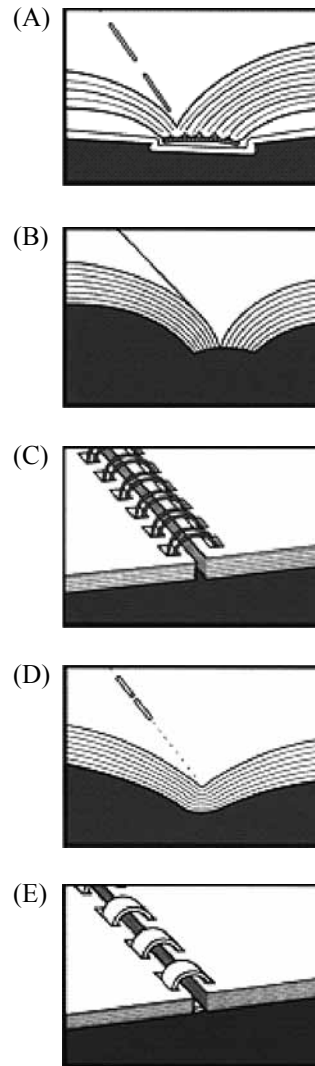
O esquema apresentado é de um processo de impressão

- (A) digital.
- (B) flexográfico.
- (C) rotográfico.
- (D) planográfico.
- (E) serigráfico.

43. Em relação ao papel, é correto dizer que o papel

- (A) vergê é adequado para impressão de meios-tons ou trabalho a traços com grandes áreas de cor sólida ou detalhes refinados.
- (B) livre de ácido tem uma expectativa de vida mais longa que o papel com um teor mais alto de ácido.
- (C) jornal é feito principalmente de pasta química e carga de linho.
- (D) couchê não é adequado para trabalhos em meios-tons e em cores.
- (E) bíblia tem alta gramatura, mas é pouco opaco.

44. Assinale a ilustração que corresponde ao acabamento *Ring Wire*.



(Fonte das imagens: http://portaldasartesgraficas.com/pos_impressao/acabamento_tipos.htm)

45. Considerando uma situação em que se imprimam duas chapas de uma impressão colorida, assinale a alternativa correta.

- (A) Imprimindo a chapa do magenta com a chapa do amarelo, o resultado será o azul.
- (B) Imprimindo a chapa do cian com a chapa do magenta, o resultado será o laranja.
- (C) Imprimindo a chapa do preto com a chapa do magenta, o resultado será o sépia.
- (D) Imprimindo a chapa do verde com a chapa do azul, o resultado será o magenta.
- (E) Imprimindo a chapa do amarelo com a chapa do cian, o resultado será o verde.

46. No Brasil, a maioria dos jornais são impressos em três formatos. O formato

- (A) standard mede, aproximadamente, 56 X 32 cm.
- (B) tabloide tem, aproximadamente, 40 x 29 cm.
- (C) germânico mede, aproximadamente, 42 x 23 cm.
- (D) tabloide tem, aproximadamente, 40 x 24,5 cm.
- (E) standard mede, aproximadamente, 56 x 42 cm.

47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.
50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

